



Informativo do FENASPS sindPREvs

26
anos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE 16/12/2014



LULA QUER GABINETE NO
PT PARA GERIR CRISES



Youssef conta que Lula mandou pagar dívida usando dinheiro sujo do Petrolão

Ele mandou usar dinheiro das empreiteiras para pagar dívida de agência

O ex-gerente de Marketing da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás Geovanne de Moraes, citado pela geóloga Venina Velosa da Fonseca como responsável pelos pagamentos de serviços não prestados, foi um dos contatos da agência de propaganda e marketing Muranno Brasil, investigada pela Operação Lava Jato. Ela foi paga em 2010 com dinheiro do esquema de cartel, corrupção e propina movimentando por Alberto Youssef. Em sua delação premiada, o doleiro disse que a ordem de pagamento foi dada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao então presidente da estatal petrolífera, José Sérgio Gabrielli.

O ex-presidente da estatal, indicado politicamente por Lula, é do PT da Bahia e próximo do ex-gerente de marketing Geovanne de Moraes, que foi acusado pela ex-gerente da área de Abastecimento Venina Fonseca. Ela afirmou ao jornal Valor Econômico ter alertado a atual presidente da Petrobras, Graça Foster, das irregularidades nos contratos de marketing da estatal, acusando pagamentos de serviços não prestados e excessos de gastos.

A Muranno Brasil é alvo de um inquérito aberto pela Polícia Federal, após seu nome aparecer nos pagamentos feitos por Youssef com recursos desviados da Petrobras via contratos da Camargo Corrêa – construtora acusada de cartel. Foram feitos pagamentos que totalizaram R\$ 1,7 milhão entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011 para a Muranno.



Venina Velosa (Foto) citou o ex-gerente de Marketing da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás Geovanne de Moraes, como responsável pelos pagamentos de serviços não prestados(Foto: Inlac Brasil)

Segundo Youssef afirmou em sua delação premiada, a agência de propaganda era contratada pela Petrobras com dinheiro não contabilizado e tinha dívidas a receber. Seu dono, o empresário argentino Ricardo Marcelo Villani, estaria pressionando o governo Lula para obter os valores atrasados. Ele teria ameaçado denunciar os esquemas de corrupção e propina na estatal, que virou alvo da Operação Lava Jato e era controlado pelo PT, PMDB e PP – mas que abasteceu também o PSDB e o PSB.

Youssef revelou que Lula soube da ameaça, na época, e determinou a Gabrielli que usasse o dinheiro “das empreiteiras” para resolver o assunto. “Lula ligou para o Gabrielli e falou para ele resolver essa merda”, contou Youssef. Gabrielli teria sido orientando a procurar Costa na área de Abastecimento para quitar a dívida.

Costa acionou o operador do esquema de propina e pediu que fosse acertada a dívida. Youssef confirmou que providenciou o pagamentos de R\$ 1,7 milhão. Villani também disse que em 2010 foi procurado pelo doleiro, após os pedidos para receber os valores da estatal feitos ao ex-diretor de Abastecimento.

Confissão

Villani nega ter ameaçado denunciar o esquema alvo da Lava Jato, mas confirmou que prestava serviços para a Petrobras, por meio do ex-gerente de Comércio de Álcool e Oxigenados Sillas Oliva Filho e pelo ex-gerente de Marketing da Diretoria de Abastecimento, sem ter contrato. O serviço seria a divulgação da marca da estatal em eventos da Fórmula Indy, nos Estados Unidos, entre 2004 e 2008.

“Silas sugeriu que ele bolasse uma estratégia de marketing de relacionamento”, diz Villani, sobre a criação da Muranno para os serviços na Indy. “Que o declarante ‘bolou’ um projeto e fez um orçamento para a gerência de comunicação de Abastecimento da Petrobrás, cujo gerente era Geovanne.” (DIÁRIO DO PODER)

Abalado, presidente preso da OAS ameaça contar o que sabe à PF



José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como “Leo Pinheiro”, pode virar delator no esquema do Petrolão. Foto AE Dirigentes da empreiteira OAS, que escaparam de ser presos na Operação Lava Jato, estão muito preocupados com seu presidente, José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido por “Leo Pinheiro”. Desde que foi preso, chora muito, está deprimido e insiste com advogados em confessar o que sabe, em acordo de delação premiada. Os acionistas da OAS acham que se Leo Pinheiro abrir a boca, a casa cai de vez. O presidente da OAS, Leo Pinheiro, ficou ainda mais abalado após a recente negativa de habeas corpus pelo ministro Teori Zavascki (STF).

Leo Pinheiro e outros quatro da OAS foram indiciados por lavagem de dinheiro, fraude em licitações, falsidade ideológica e corrupção ativa.

A delegada federal Erika Marena quer investigar se a OAS pagava “consultoria” como forma de disfarçar o pagamento de propina.

Entre 2012 e 2014, a OAS pagou R\$ 720 mil de “consultoria” a Sergio Rosa, ex-presidente da Previ (Banco do Brasil) ligado à cúpula lulista. (DIÁRIO DO PODER)

Deboche - Corrupto confesso, ex-diretor recebe apenas ‘censura’ da comissão de ética do Planalto

Comissão da Presidência da República pega leve com Paulo Roberto Costa

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu aplicar uma censura ética ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O presidente do colegiado, Américo Lacombe, disse nesta segunda-feira, 15, que, na prática, Costa deixa de ter reputação ilibada, o que o tornaria inapto a assumir cargos públicos.

A decisão já foi comunicada à presidente Dilma Rousseff, ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e ao Advogado Geral da União, Luís Inácio Adams. De acordo com Lacombe, a punição foi adotada ao ex-diretor “por tudo que ele fez, não preciso dizer para vocês”. Paulo Roberto foi preso na Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras. Após acordo de delação premiada, foi liberado para cumprir pena em casa.

“Ele não tem mais uma reputação ilibada para o resto da vida. Se ele fosse bacharel em direito, já não poderia ir para o Supremo”, disse Lacombe. Editais de concursos públicos também podem fazer esse tipo de exigência dos candidatos.

Outros dois ex-diretores da estatal supostamente envolvidos no esquema de corrupção têm processos em andamento na Comissão. Segundo Lacombe, o conselheiro Marcelo Alencar, relator do processo contra Nestor Cerveró, pediu novos dados para redigir seu voto, por considerar que as informações prestadas estavam incompletas e insuficientes. Renato Duque ainda não foi intimado a prestar esclarecimentos. (DIÁRIO DO PODER)

Mesada de R\$ 150 mil mensais paga por Youssef a André Vargas complica ainda mais a vida de Gleisi

Beira do precipício – Fecha-se cada vez mais o cerco contra Gleisi Hoffmann. Coordenador da fracassada campanha da senadora petista ao governo do Paraná, o agora cassado André Vargas surge em nova e grave denúncia, desta vez trazida pela revista Veja. De acordo com a publicação, Vargas recebia todos os meses, em seu apartamento funcional em Brasília (SQN 302, bloco H), uma mesada de R\$ 150 mil, entregue pelo sistema “delivery” criado pelo doleiro Alberto Youssef. O dinheiro chegava a Vargas pelas mãos de Rafael Ângulo Lopez, que transportava o dinheiro amarrado ao corpo por filmes plásticos em voos comerciais.

De tal modo, é quase remota a possibilidade de Gleisi escapar desse novo escândalo alegando (como fez com o pedófilo Gaievski que levou para a Casa Civil) que desconhecia as atividades criminosas do auxiliar. Além de André Vargas ser associado a Gleisi há muito tempo – ele coordenava campanhas do marido da senadora, o atual ministro Paulo Bernardo da Silva e na década de 90 ambos foram processados pela prática de caixa 2 – a própria senadora é apontada pelos delatores do Petrolão (Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa) como beneficiária de R\$ 1 milhão do esquema da Petrobras.

Vargas foi cassado na última quarta-feira (10) por quebra de decoro parlamentar. O ex-petista, que mora em Londrina, viajou com a família, no início deste ano, para o Nordeste em jatinho fretado por Youssef. Ele também aparece nas gravações da Polícia Federal – que constam da Operação Lava-Jato – como intermediador da contratação da empresa Labogen, laboratório-lavanderia pertencente ao doleiro e criado para lesar o erário – pelo Ministério da Saúde.



Vargas mantinha igualmente um serviço de “delivery” para alimentar financeiramente as campanhas do PT do Paraná, o que se comprova pelo fato de o ex-deputado aparecer como doador de todas as campanhas petistas no estado. Deputados estaduais e federais eleitos, além dos candidatos derrotados do partido, receberam recursos de Vargas. Gleisi Hoffmann também teve suas campanhas alimentadas por dinheiro de origem incerta doado por Vargas.

A mais grave denúncia de associação entre o marido de Gleisi, Paulo Bernardo, e André Vargas refere-se à campanha que reelegeu o petista Nedson Micheleti (PT) prefeito de Londrina, em 2004. O caso, de acordo com matéria do jornal “Folha de S. Paulo”, resultou em inquérito da Polícia Federal para apurar suspeita de caixa 2. O inquérito foi aberto a pedido do promotor eleitoral Sérgio Correia de Siqueira, da 41ª Zona Eleitoral, depois que Soraia Garcia, ex-colaboradora de campanha, procurou-o para denunciar sonegação de R\$ 6,5 milhões nos gastos apresentados pelo comitê financeiro à Justiça Eleitoral.

Segundo Soraia, o caixa 2 recebeu colaboração do PT nacional, por intermédio do então deputado federal e atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo da Silva, que tem base político-eleitoral em Londrina, e do presidente do PT do Paraná, deputado estadual André Vargas. “Ela cita Paulo Bernardo e André Vargas como os caras que trariam o dinheiro para cá”, disse o promotor.

“O que ela fala é que eles [Bernardo e Vargas] chegavam de Brasília [e Curitiba] num dia e o dinheiro aparecia no outro.” Ainda de acordo com o promotor, a denunciante “não via dinheiro chegando com as malas”, mas no dia seguinte ela tinha de fazer duas planilhas de prestação de contas para lançar os gastos e fazer pagamentos. O dinheiro chegava acondicionado em sacos plásticos de lixo e em sacolas de estabelecimentos comerciais. (UCHO.INFO)

Pobre Itamaraty, o gigante que virou anão

Há muito tempo alerta este portal para o verdadeiro crime de lesa-pátria que ao longo dos últimos doze anos vem sendo sistematicamente cometido contra uma das mais notáveis (e outrora respeitadas) instituições do Estado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores.

Transformado em mero subdepartamento da Secretaria de Relações Internacionais do PT, o Itamaraty deixou de atuar movido pela busca do verdadeiro interesse nacional, passando a fazê-lo por razões ideológicas e outras, inconfessáveis que estão vindo à tona com as revelações da Operação Lava-Jato. A vasta papelada que começa a ser examinada pelos procuradores no Paraná talvez ajude a explicar porque as relações do Brasil passaram a ser consideradas “estratégicas” com países tais como Cuba, Venezuela, Equador e Argentina.

Posto na trilha da investigação dos negócios suspeitos envolvendo a presença de estatais e empreiteiras brasileiras (Petrobras, BNDES), o jornalista do El País (Madri), Pedro Cifuentes, começa a levantar interrogações sobre gigantescos negócios com os governos autoritários da região.

Os procuradores brasileiros buscam informações sobre eventuais vínculos, inclusive de parentesco, entre funcionários da cúpula do MRE em gestões anteriores e as empreiteiras. Não está fora de cogitação que a Justiça solicite cópias das instruções reservadas do Itamaraty às Embaixadas, para gestões junto às autoridades dos vários países, em favor das empreiteiras.

Sempre buscando se colocar num discreto segundo plano, mas muito solidamente instalado na hierarquia do Partido dos Trabalhadores e do Palácio do Planalto, o verdadeiro chanceler desses últimos anos, o professor Marco Aurélio Garcia (que, não esqueçamos, coordenou o programa das campanhas de Lula em 1994, 1998 e 2006, além do programa de governo da Presidente Dilma Rousseff, na eleição de 2010) é quem, de fato, dá as cartas da política externa brasileira desde 2003.

Até agora, Garcia tem preferido exercer esse poder por intermédio de prepostos flexíveis, diplomatas subservientes que aceitam fazer o papel de marionete em troca das migalhas de pompa e circunstância que acreditam inerente ao título de Chanceler.

Hoje, lamentavelmente, ninguém no Itamaraty pensa mais nada sobre política externa (a não ser para concordar com as posições que emanam da cabeça do top-top Garcia). Os melhores pensadores da Casa foram mandados para consulados. Os que concordam com tudo foram mandados para posto os relevantes, mas também estes foram proibidos de se manifestar.

O resultado está aí: quem sabe o nome de quem são nossos embaixadores em Buenos Aires, em Washington, em Pequim? Ninguém. Faça-se uma pesquisa-relâmpago mesmo na classe dirigente da Esplanada dos Ministérios e, surpresa, ninguém sabe sequer quem é o atual Ministro das Relações Exteriores.

Enquanto isso, o Itamaraty perde seu Departamento de Promoção Comercial. Está para perder, também, a Agência Brasileira de Cooperação. Nesse ritmo, o MDIC em breve absorverá também as negociações de política comercial.

Enquanto isso, os espinha-curvadas do Itamaraty continuam a gastar sorrinhos e mesuras com os donos do poder, na esperança de uma promoção mais rápida ou de um posto do roteiro Elizabeth Arden, onde possam ficar quietinhos esperando o tempo passar, ganhando os dólares que lhes permitirão viver uma aposentadoria confortabilíssima. (DIÁRIO DO PODER)

PGR denuncia Bolsonaro ao Supremo por incitação ao crime de estupro

Além da denúncia na Justiça, o parlamentar é alvo de uma representação protocolada por PT, PCdoB, Psol e PSB no Conselho de Ética por causa das ofensas dirigidas à deputada Maria do Rosário

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por incitação ao crime de estupro. No dia 9 deste mês, em discurso no plenário da Câmara, Bolsonaro disse que só não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque ela “não merece”. No dia seguinte, o parlamentar refirmou a declaração em entrevista ao jornal Zero Hora. Na denúncia, a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, afirma que a declaração de Bolsonaro indica que um homem pode estuprar uma mulher que ele “entenda ser merecedora do estupro”. O pedido de abertura de investigação será julgado pelo ministro Luiz Fux.

Além da denúncia na Justiça, o parlamentar é alvo de uma representação protocolada pelo PT, PCdoB, Psol e PSB no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Os partidos pedem a cassação do mandato de Bolsonaro pelas ofensas à deputada. (AGÊNCIA BRASIL)

Tarifaço de Richa pode tirar R\$ 1,6 bilhão da renda dos paranaenses



Dezembro tem sido o mês do “aço” para o Paraná. Do tarifaço proposto por Beto Richa (PSDB) ao tratoração para a aprovação das medidas na Assembleia Legislativa. Foi tudo tão rápido que a maioria das pessoas nem se deu conta do problema armado para 2015.

Estimativas do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) apontam que o aumento do ICMS e do IPVA vai ceifar da renda dos paranaenses cerca de R\$ 1,6 bilhão ao ano. São recursos que, na avaliação técnica da entidade, tiram “das pessoas, das famílias e das empresas capacidade de consumir, de poupar e de investir”. Não para por aí.

Se por um lado o cidadão terá menos dinheiro no bolso, por outro os empresários vão repassar os custos das novas alíquotas para os preços finais dos produtos e serviços. Tudo indica que haverá mais inflação. Trocando em miúdos (bem miúdos), você terá menos dinheiro no bolso porque pagou mais IPVA e ainda será forçado a gastar mais para comprar até 95 mil itens de consumo popular sujeitos ao aumento de ICMS. Talvez as propostas fossem plausíveis em um cenário de caos econômico, que tivesse levado a arrecadação para o fundo do poço. Não é o que se vê no Paraná. Do começo da gestão Richa até abril deste ano, a receita corrente líquida do estado cresceu 56% – a maior porcentagem de aumento dentre todas as unidades da federação.

Já a previsão para a arrecadação de ICMS em 2014, sem alterações na alíquota, é nada mais nada menos que 69% superior à de 2010, último ano do governo Requião/Pessuti. Em quatro anos, a soma da receita anual de IPVA e ICMS saltou de R\$ 15,15 bilhões para R\$ 25,37 bilhões. Para onde foram os R\$ 10 bilhões excedentes?

Considerando que 27% foram comidos pela inflação, sobram R\$ 7,3 bilhões. Ainda assim, insuficientes para fechar as contas do estado, que busca outro R\$ 1,6 bilhão. Para onde foi o dinheiro excedente?

É difícil de mapear claramente pelas ferramentas públicas de execução orçamentária. O que é 100% certo é que os recursos foram tragados pelas engrenagens da máquina pública. Parece inegável que faltou eficiência à gestão para dosar o crescimento das receitas aos dos gastos, em especial com o funcionalismo. Outra comparação da Fiep chama a atenção. Entre 2011 e 2013, o PIB paranaense cresceu 12,53% (o dobro do pibinho nacional). No mesmo período, o ICMS subiu 25,25%, ou seja, também duas vezes mais rápido que o crescimento da economia paranaense.

Os números comprovam que o governo estadual (assim como o federal) se acostumou a arrecadar muito e a gastar em uma proporção ainda maior, numa escalada que parece não ter fim. Até faria sentido se se percebesse que a ampliação de receitas transformou o estado em um canteiro de obras ou que os serviços públicos caminham para um nível de excelência.

A propósito, mesmo com o tarifaço, a previsão do governo estadual para investimentos no ano que vem foi reduzida de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 2 bilhões. Serão menos obras públicas em um orçamento total que cresceu em R\$ 5,4 bilhões em relação ao de 2014. O resultado de toda essa equação é que o pior ainda está por vir. (CONEXÃO BRASÍLIA – ANDRÉ GONÇALVES – GAZETA DO POVO)

Crise econômica: previsão de crescimento do PIB recua mais uma vez e dólar chega perto de R\$ 2,70



Ladeira abaixo – Dilma Vana Rousseff, a presidente reeleita, continua devendo ao mercado financeiro uma sinalização minimamente convincente acerca da política econômica do próximo governo, que estreia em 1º de janeiro. Anunciar os nomes dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Joaquim Levy e Nelson Barbosa, respectivamente, parece não ter sido suficiente para recuperar a credibilidade do País e resgatar a confiança dos investidores.

Cada vez mais mergulhado na crise econômica, o Brasil vive um momento de incertezas, resultado de um governo que chafurda na lama da corrupção e padece de incompetência. sem contar a crise institucional que se aproxima cada vez mais do Palácio do Planalto.

Nesta segunda-feira (15), como faz regularmente, o Banco Central divulgou os prognósticos dos especialistas do mercado financeiro para a economia em 2014, que está nas suas duas últimas semanas. De acordo com o Boletim Focus, que ouviu os economistas das cem principais instituições financeiras em atividade no País, o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer neste ano apenas 0,16%, contra 0,18% da previsão anterior. É importante lembrar que o demitido Guido Mantega, ministro da Fazenda em exercício, disse que em 2014 o crescimento do PIB seria de 4%.

Para 2015, os economistas apostam crescimento do PIB de 0,69%, a terceira redução seguida. Na semana anterior, a previsão de crescimento da economia no próximo ano era de 0,73%.

Câmbio

Na seara das moedas estrangeiras, os economistas consultados pelo BC elevaram a previsão para a taxa de câmbio. Segundo os profissionais do mercado financeiro, o dólar deve fechar o ano valendo R\$ 2,60, contra R\$ 2,55 da previsão anterior. Para o final de 2015, os analistas preveem o dólar valendo R\$ 2,72. Na semana anterior a previsão era de R\$ 2,70 por cada dólar.

A crise econômica que chacoalha o Brasil é tão preocupante e grave, que nesta segunda-feira a moeda norte-americana encerrou os negócios valendo R\$ 2,6856, depois de, ao longo do dia, ultrapassar a barreira dos R\$ 2,70 (o dólar chegou a ser comercializado por R\$ 2,7019).

Inflação

Em relação ao mais temido fantasma da economia, os analistas mantiveram as expectativas para este e o próximo ano. Para 2014, a previsão de inflação foi mantida em 6,38%, e para 2015, em 6,5% (teto do programa metas estabelecido pelo governo).

No acumulado de doze meses, até novembro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, somou 6,56%.

A inflação real, aquela que os brasileiros enfrentam no cotidiano, há muito deixou para trás o patamar de 20% ao ano. Isso obrigou o cidadão a mudar o hábito de consumo, substituir produtos e marcas, privilegiar certas despesas, ao mesmo tempo em que faz com que o trabalhador conviva com a corrosão do salário.

Taxa de juros

No âmbito da taxa básica de juro, a Selic, que por decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi recentemente elevada para 11,75% ao ano, o mercado financeiro prevê 12,5% para o fechamento de 2015. Ou seja, apesar de todos os anúncios feitos pela equipe econômica do novo governo, a expectativa em relação à inflação não é das melhores, o que explica a aposta de 12,5% para a Selic ao final do próximo ano.

Considerando que o aumento real do salário mínimo será irrisório em razão do péssimo desempenho da economia, somente um irresponsável é capaz de acreditar que, com esse cenário, o consumo poderá reverter a crise econômica que só faz crescer. Com o salário mínimo perdendo poder de compra mês após

mês, as taxas de juro ao consumidor elevadas, o endividamento recorde das famílias e o temor dos bancos em conceder crédito, falar em consumo é caso para camisa de força.

Brasil precisa rever como trata os negros, diz professor ativista

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Nelson Inocêncio vê contradição: de um lado, Estado garante as cotas raciais nas universidades; de outro, permite o extermínio de jovens negros



Nelson CF - Divulgação

Nelson Inocêncio: “Precisamos de medidas mais enfáticas em relação à violência, porque estamos numa situação limite”

Doutor em artes plásticas, o professor da Universidade de Brasília (UnB) Nelson Inocêncio é um ativista da causa da igualdade racial reconhecido nacionalmente. Para ele, é inegável o avanço conquistado pelos negros no país desde a implantação das cotas nas universidades. Mas o momento, acredita, é de reavaliar as políticas afirmativas, voltadas sobretudo para a população afrodescendente.

Um dos maiores desafios, aponta, está na área da segurança pública em razão dos dados alarmantes sobre homicídios de jovens negros. Em Brasília, para cada jovem branco assassinado, há sete jovens negros vítimas de homicídio, exemplifica o professor. Uma realidade que se repete em todo o país, segundo as estatísticas. “Os governos, com uma mão, oferecem e implementam medidas para o avanço; e com a outra, agridem. Isso é muito estranho”, diz Nelson Inocêncio.

De acordo com o último Mapa da Violência, divulgado este ano, houve um salto assustador no número de vítimas de assassinato negras na última década. Enquanto diminuiu de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, o contingente de vítimas brancas, o de negras aumentou de 29.656 para 41.127 no mesmo período. “Precisamos de medidas mais enfáticas em relação à violência, porque estamos numa situação limite. Esse dano terrível que é a mortalidade da população negra precisa ser enfrentado”, defende. Militante do PSB, mesmo partido do governador eleito, Rodrigo Rollemberg, o professor diz que é preciso reformular a secretaria distrital de Promoção da Igualdade Racial para enfrentar problemas de gestão e aproximá-la das demandas da sociedade.

Congresso em Foco - A seu ver, qual é o contexto em que estamos quando se trata da defesa da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil?

Nelson Inocêncio – Estamos num momento em que precisamos avaliar o alcance dessas políticas, pois nos falta compreensão mais abrangente sobre os êxitos delas. Além disso, precisamos nos situar do ponto de vista institucional. É inquietante verificar que, ao mesmo tempo em que o Estado adota ações avançadas nessa área, por outro, conduz e mantém um aparato que reprime de forma extremamente violenta a população afrodescendente, principalmente, a juventude negra. Ou seja, os governos, com uma mão, oferecem e implementam medidas para o avanço; e com a outra, agridem. Isso é muito estranho.

O que o leva defender que é momento de reflexão?

Em primeiro lugar, temos que reconhecer que o Brasil é outro desde a adoção dessas políticas afirmativas, até porque se passaram pelo menos dez anos de que essas ações vêm sendo adotadas na área da igualdade racial, um conceito que se consagrou. Portanto, é chegada a hora de verificarmos os resultados disso tudo. Ao mesmo tempo, é preciso mais diálogo com os movimentos sociais propiciados pelas estruturas de governo que estão à frente desses projetos. Estou me reportando à Seppir nacional (Secretaria de Promoção

da Igualdade Racial da Presidência da República) e às pastas correlatas nas esferas estaduais e municipais. Um bom exemplo é o Juventude Viva, adotado pelo governo federal, que tem um papel preventivo, que pode ser um mote para compreendermos a qualidade dessas políticas. Em resumo, penso que não basta adotar essas ações. Precisamos de medidas mais enfáticas em relação à violência. Repito isso sempre porque estamos numa situação limite. Esse dano terrível que é a mortalidade da população negra precisa ser enfrentado.

Um dos maiores alcances dessas políticas tem a ver com as cotas nas universidades...

Sim. A UnB onde leciono é um espelho disso. Hoje ao caminharmos pelo campus da instituição é evidente que houve uma mudança marcante. Quero dizer, não se pode ignorar que as reservas de vagas garantiram o ingresso de milhares de jovens negros nos cursos, o que é um dado novo, uma realidade importante. Isso também está ocorrendo em praticamente todos os estados, o que nos leva a refletir e considerar sobre novas relações acadêmicas em todos os sentidos.

Falando um pouco agora da sua militância partidária, como o PSB trata internamente temas como diversidade, tolerância religiosa e combate ao racismo?

O PSB possui na sua estrutura um conjunto de segmentos que constituem o movimento social, como o movimento de mulheres, LGBT, juventude, sindical, popular e movimento negro. Tais segmentos vêm alimentando o projeto político do partido há anos. De modo que um governo protagonizado pelo PSB deve contemplar as demandas apresentadas pelos próprios núcleos do partido. É nesse sentido que eu vejo a futura gestão Rollemberg, ou seja, que não prescindirá do compromisso com a causa negra e outras causas. Qual é o perfil do movimento negro no PSB?

Dentro de nossa legenda esse segmento chama-se Negritude Socialista Brasileira (NSB), que está organizado nacionalmente e que possui uma executiva nacional composta por dez membros. No DF a NSB teve papel relevante há quatro anos na discussão juntamente com PCdoB, PDT e PT, que se traduziu numa carta ao governador e que derivou na criação da atual Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial do DF.

Mas vocês não compuseram a pasta...

Na época o PT, após a criação da secretaria, decidiu não compartilhar responsabilidades no que diz respeito à formulação de políticas na questão racial, assumindo integralmente a secretaria e recusando dividir decisões e compromissos com a base aliada. Por isso, decidimos não integrar formalmente a pasta. Mais tarde houve um rompimento, inicialmente, em nível local, quando em plenária realizada em dezembro de 2012, o PSB-DF decide sair da base aliada que dava sustentação ao governo Agnelo. No ano seguinte, o PSB nacional também deixou a base de apoio ao governo Dilma Roussef e deu início à construção da candidatura de Eduardo Campos à presidência da República, até porque as práticas de não compartilhamento eram gerais. Na minha avaliação, o governo Agnelo se aproximou muito mais dos partidos de direita que compunham a sua base aliada, confinando ao isolamento os outros partidos.

O que o PSB tem a oferecer na área da igualdade racial ao DF?

O partido tem a oferecer para a população negra políticas públicas que denotem o reconhecimento do Estado com a dividida histórica de cunho racial com a população afrodescendente.

Em termos de ações como se traduz isso?

No plano da segurança queremos garantir e intervir para enfrentar as taxas alarmantes de mortalidade da população negra. Pretendemos contribuir para a realização de cursos perenes nas escolas de polícia para a mudança da qualidade da intervenção policial. Na educação, a meta é a do desenvolvimento de um programa efetivo para a implementação das mudanças na Lei de Diretrizes e Bases, fruto da promulgação das leis 10.639 e 11.645 (ensino da temática indígena). É igualmente importante garantirmos a manutenção das políticas de acesso da população ao ensino superior. Na cultura, a intenção é a do fortalecimento das entidades religiosas de matriz africana como o fomento de iniciativas artísticas e culturais protagonizados por negros e negras. No Fundo de Apoio à Cultura (FAC), como já acontece em nível federal, por exemplo, deve-se destinar uma parcela dos recursos para a cultura afro-brasileira. Na saúde, implementação de cursos de qualificação dos profissionais para apreender a lidar com as enfermidades que afetam com mais frequência a população negra, porque há um profundo desconhecimento sobre isso. Nas relações de trabalho, desenvolvimento de estratégias sistemáticas ao racismo institucional nas empresas públicas. Aprimoramento dos mecanismos de combate à discriminação racial no trabalho.

É possível dar conta disso com a atual estrutura?

Boa pergunta. A nossa compreensão é que a pasta precisa se fortalecida e contar com aporte de recursos. Há várias demandas, mas acrescento outra muito relevante que é a da mulher negra, na área da saúde. Isso

é decisivo porque há vários indicadores que apontam para uma fragilidade desse segmento na rede hospitalar. Penso também que a valorização da estética e da autoestima têm um recorte especial na questão de gênero.

Existem críticas que vêm circulando na imprensa, classificando a Sepir-DF como outras pastas da atual gestão como espaços de mero preenchimento de cargos e que, portanto, deveriam ser extintos ou reduzidos. O que o senhor pensa a respeito?

Quando um órgão público possui problemas de gestão, nós extinguimos o órgão ou mudamos a gestão, essa é a grande questão? Tudo tem a ver com prioridades. Consideremos o fato da população negra do DF ser mais de 53% do contingente local, consideremos o fato dessa população viver as mais diversas vulnerabilidades, como no caso da violência que atinge de forma fatídica a juventude negra. Éramos, até 2012, a quarta unidade mais violenta da federação e nesse mapa o recorte racial também assusta. Em Brasília, para cada jovem branco morto, sete jovens negros perdem a vida vítima de homicídios. Somos umas das unidades da federação onde a população negra mais cresce proporcionalmente. Todavia, é um crescimento desassistido, o que nos obriga a pensar a otimização das políticas públicas. Logo, razões existem de sobra para justificar a existência de uma secretaria, o que não significa concordar com sua má gestão. (SIONEI RICARDO LEÃO, ESPECIAL PARA O CONGRESSO EM FOCO)

Governo vai cobrir rombo de R\$ 500 milhões na Infraero em 2015

A Infraero, estatal que administra 60 aeroportos do país, terá um prejuízo operacional de R\$ 500 milhões no próximo ano se não houver mudança na sua programação de receitas e despesas.

Esse buraco terá de ser coberto pelo Tesouro Nacional, a quem caberá bancar despesas correntes da administração da empresa –como salários e contas de consumo–, uma vez que a arrecadação da companhia não será suficiente pela primeira vez nos últimos anos para bancá-las.

Editoria de Arte/Folhapress

APERTO

Com a perda de mais dois aeroportos, Infraero precisará de recursos do Tesouro para sobreviver em 2015

AEROPORTOS CONCEDIDOS NOS ÚLTIMOS ANOS

Em 2012

Em 2014



COMO ISSO AFETA A INFRAERO



RECEITA

Dois terços do faturamento anual da empresa eram provenientes da renda obtida com esses aeroportos



PREÇOS

A companhia está com suas tarifas de embarque e aeroportuárias congeladas há três anos (desde 2011)



PESSOAL

A maioria dos funcionários dos aeroportos concedidos preferiu ficar na Infraero, o que deixou a companhia inchada



RESULTADOS

A Infraero é sócia de cinco aeroportos concedidos, que só devem começar a dar lucro para a empresa em 2016



PDV

Havia um plano para fazer um Programa de Demissão Voluntária, mas o Ministério do Planejamento não autorizou

R\$ 500 milhões
é o quanto a companhia irá precisar do Tesouro para pagar suas despesas correntes no próximo ano

* É o único desses seis aeroportos do qual a Infraero não é sócia

Fonte: Infraero

O problema de caixa da estatal decorre, principalmente, do fato de ela ter deixado de administrar alguns dos maiores aeroportos do país, privatizados pelo governo ao longo dos três últimos anos. Sem eles, em 2015 a companhia perderá dois terços de suas receitas.

Em 2013 e 2014, a empresa ainda teve lucro operacional, ou seja, suas receitas foram suficientes para cobrir as despesas de administração. Houve prejuízo contábil no ano passado devido à necessidade de provisões –reserva de recursos para fazer frente a despesas futuras.

O próximo ano, no entanto, será o primeiro em que a estatal não receberá nenhuma receita dos aeroportos repassados à iniciativa privada.

A Infraero é sócia das unidades privatizadas, com 49% das ações. O problema é que elas tiveram um programa intensivo de obras nos últimos dois anos e, por isso, ainda não dão lucro, resultado que só é esperado a partir de 2016.

Mesmo com as privatizações, alguns dos maiores aeroportos do país, como Congonhas (SP), Santos Dumont (RJ), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) ainda são administrados pela estatal.

PDV

O descasamento entre receitas e despesas reflete dois fatores principais. O primeiro é que o número de trabalhadores que preferiu continuar na estatal a migrar para as empresas que assumiram os aeroportos foi acima das expectativas.

Nos três primeiros aeroportos concedidos, dos 2,5 mil trabalhadores que poderiam migrar, só cerca de 700 foram para a iniciativa privada. Parcela semelhante deve ser verificada nos aeroportos de Galeão e Confins. Havia ainda a previsão de um PDV (Programa de Demissão Voluntária), que acabou não sendo autorizado pelo governo. Com isso, a empresa ficou inchada.

Para agravar a situação, a estatal está há três anos sem poder reajustar suas tarifas de embarque e de navegação.

Apenas os concessionários privados foram autorizados pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) a ter reajustes em seus contratos, que foram de 14% em dois anos.

A estimativa é que, se o valor mínimo de reajuste pedido pela estatal fosse autorizado pela agência, o prejuízo diminuiria para R\$ 200 milhões no próximo ano.

O orçamento federal de 2015 prevê que o governo colocará na empresa cerca de R\$ 1,6 bilhão para obras nos aeroportos públicos. Mas não há recursos previstos para despesas administrativas. (FOLHAPRESS)

Beneficiários do INSS têm até 30 de dezembro para renovar senha e fazer comprovação de vida



Contra o relógio – Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm até o dia 30 de dezembro para comprovação de vida e a renovação da senha na rede bancária, caso contrário, o benefício será suspenso. Os bancos não funcionam no dia 31. O alerta é da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que pede às pessoas que evitem o procedimento na última hora.

A comprovação de vida deve ser feita na instituição em que o segurado recebe. É importante destacar que o procedimento é obrigatório e deve ocorrer anualmente, segundo comunicado da federação.

A prova de vida é importante no combate a fraudes e inconsistências no pagamento de benefícios. Após a conferência e validação dos dados, o beneficiário recebe uma nova senha.

Os bancos garantem que estão alertando os clientes sobre o fim do prazo por meio de avisos impressos nos extratos bancários e mensagens que podem ser lidas nas telas do caixa eletrônico, no momento do saque do benefício.

O segurado ou pensionista deve levar um documento de identificação com foto, como a carteira de identidade, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação, entre outros. Os bancos que têm tecnologia para fazer a identificação biométrica poderão utilizá-la.

Caso esteja impedido de ir à agência bancária, o beneficiário deve fazer a prova de vida por meio de um procurador devidamente cadastrado no INSS. Para se cadastrar, o procurador deverá comparecer a uma agência da Previdência Social e apresentar a procuração devidamente assinada.

O modelo da procuração pode ser encontrado no site do ministério. Outra opção é uma procuração registrada em cartório, se o beneficiário for não alfabetizado, informa o INSS. Além disso, é necessária a apresentação de atestado médico (emitido nos últimos 30 dias) que comprove a impossibilidade de locomoção do beneficiário ou atestado de vida emitido por autoridade consular, no caso de ausência por motivo de viagem ou de residência no exterior, além dos documentos de identificação do beneficiário e do procurador.

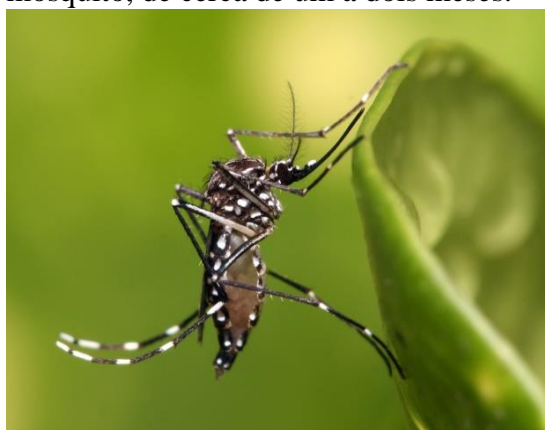
Na última sexta-feira (12), o Ministério da Previdência Social divulgou o calendário de pagamento dos benefícios em 2015, que pode ser consultado na página da Previdência Social na internet. Em janeiro de 2015, a folha de pagamento do INSS tem início no dia 26 de janeiro e término no dia 6 de fevereiro. Para saber o dia de pagamento, os beneficiários devem observar o último número do cartão de benefício, excluindo-se o dígito. (AGÊNCIA BRASIL)

Britânicos descobrem anticorpo capaz de neutralizar vírus da dengue

Cientistas do Imperial College London descobriram uma nova classe de anticorpos capazes de neutralizar as quatro formas do vírus da dengue, conforme publicou nesta segunda-feira (15) a revista britânica "Nature Immunology".

Este novo tipo de anticorpo descoberto em humanos, que também neutraliza o estado inicial do vírus presente nos mosquitos, poderia orientar o desenvolvimento de vacinas e tratamentos efetivos para combater a doença. A dengue é uma doença transmitida pela picada do mosquito da família "aedes" e infecta 400 milhões de pessoas por ano, especialmente nas regiões tropicais e subtropicais do planeta. Um dos principais problemas que o vírus apresenta é que existem quatro tipos de dengue e ter tido um deles não imuniza a pessoa dos demais. No relatório, a equipe de pesquisadores assinalou que a expansão geográfica da dengue tem aumentado, já que foi registrado um maior número de casos na América Latina e na Austrália, e poderia se estender ao sul da Europa.

O mosquito infectado pode não transmitir a doença VERDADE: o vírus se aloja na saliva do mosquito, que é utilizada durante a picada para sugar o sangue. A chance de transmissão, nestas condições, é grande e praticamente inevitável, mas pode eventualmente não acontecer. Isso porque, apesar de contaminado, o vírus presente no mosquito pode estar ainda em período de incubação que dura, em média, dez dias. Só depois desse período ele pode ser transmitido, o que pode acontecer várias vezes durante o ciclo de vida do mosquito, de cerca de um a dois meses.



Wikimedia Commons/Wikipedia

O mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue

O diretor da pesquisa, Gavin Screaton, disse em uma teleconferência com a imprensa que seu grupo já leva mais de dez anos estudando do vírus. Ele destacou que não acredita que a dengue possa ser controlada até que se desenvolva uma vacina.

Para ele, o desenvolvimento de uma vacina poderia levar uma quantidade de tempo "considerável", porque primeiro seria preciso produzi-la e testá-las em modelos não humanos. Com relação a penetração do vírus na América Latina, Screaton afirmou que, apesar de ter "existido países que realizaram boas práticas", estas não evitaram alguns surtos severos.

Segundo Sreaton, para prevenir o contágio em grande escala, é preciso "informar à população sobre boas práticas, limpar e não armazenar lixo nas cidades e usar inseticidas".

Para o estudo, a equipe de cientistas analisou 145 mostras de anticorpos de pacientes que foram infectados pelo vírus e desenvolveram um quadro imunológico. Desta forma, encontraram um bom número de anticorpos que são muito efetivos neutralizando o vírus.

Essa descoberta abre a porta ao desenvolvimento de uma futura vacina universal contra a dengue, apesar dos pesquisadores matizarem que ainda é necessário entender a resposta imunológica humana aos contágios naturais e ver qual é sua resposta à vacinação posterior.

A dengue provoca febres altas, dor de cabeça, vômitos e erupções na pele, e pode ser fatal em sua forma hemorrágica. (AGÊNCIA EFE)

'O Brasil está às vésperas de uma epidemia de câncer'

Em dez anos, o câncer será a primeira causa de morte no Brasil, consequência da detecção tardia da doença, da demora para início do tratamento e da falta de acesso à medicação avançada

No Dia Mundial de Luta Contra o Câncer, celebrado nesta terça (8), a afirmação do oncologista Carlos Barrios é menos para causar pânico – se é que isso é possível – e mais para fazer com que o País responda a um questionamento crucial para o enfrentamento da doença. “A pergunta é: ‘quanto vale a vida com câncer no Brasil?’”, questiona o médico, que é membro do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama (Gbecam).



BBC - William Raff - 57 mil mulheres devem ser diagnosticadas com câncer de mama no Brasil em 2014

O Relatório Mundial do Câncer 2014, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o número de novos casos pule de 14 milhões em 2012 para 22 milhões em 2030. Mais de 70% das mortes pela doença acontecem em países em desenvolvimento, onde a detecção tardia, a demora em iniciar o tratamento e a falta de acesso a medicamentos de última geração explicam boa parte dos óbitos. No Brasil, em dez anos o câncer será a primeira causa de morte – hoje é a segunda, responsável por 15,6% dos óbitos, atrás das doenças cardiovasculares, como infarto e hipertensão.

Se o crescimento da incidência é um fato, o problema é a falta de estrutura para enfrentar essa epidemia, pondera Barrios. “O câncer é uma doença que pode ser curada, pode ser controlada. Nos países desenvolvidos, apesar do aumento da incidência, a morte tem caído. Aqui, crescem as duas coisas”.

Um exemplo típico é o câncer de mama. No Brasil, no ano 2000, a doença matava nove a cada cem mil mulheres. Em 2011, o número subiu para mais 11,9. Um movimento na contramão do mundo desenvolvido, em que a chance de cura para esse tipo de tumor chega a 90%. Por aqui, o percentual é de cerca de 50%.

“O câncer daqui não é pior do que o de lá. A diferença é de que lá há diagnóstico precoce e acesso rápido a atendimento, o que não acontece por aqui”, afirma Maira Caleffi, mastologista e presidente da Femama, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama

Quanto vale uma vida?

No Brasil, explica Maira, apesar de desde o ano passado a lei prever que o atendimento a pacientes com câncer deve ser iniciado em até 60 dias após o diagnóstico, o prazo não é cumprido no Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a cerca de 75% da população. “No SUS, demoram 180 dias entre a detecção e o início do tratamento do câncer de mama. Imagina o que esses seis meses significam na diminuição da chance de cura.”

Isso sem contar o acesso limitado e atrasado às opções de tratamento, explica Barrios. Em pacientes com câncer de mama com metástase – que tem menor incidência, mas é muito mais agressivo -, há uma medicação específica, a Trastuzumabe, que é curativa. “O potencial remédio foi descoberto em 2005, mas a

droga só ficou disponível no SUS em 2012. Nesse período de tempo, entre 5 a 6 mil mulheres morreram por falta de acesso a esse medicamento”, diz o médico.

Nesse período, Barrios afirma, os convênios foram obrigados pelo próprio governo a oferecer o tratamento com a droga, que é cara, mas as pacientes da saúde pública se mantiveram à margem. “É uma discrepância absurda. O médico deve prover prescrições diferenciadas frente a um mesmo diagnóstico para uma paciente do SUS e para uma de saúde suplementar, uma vez que o SUS não fornece o medicamento necessário?”

Sem garantia, resta à mulher procurar a Justiça, como fez Rita de Cássia, de Porto Alegre. Ela descobriu o câncer em 2012, quando tinha 39 anos. Fez a cirurgia de retirada de mama, quimioterapia e radioterapia. No ano passado, foi necessário substituir uma medicação por outra que seria a única eficaz para o seu caso, mas que não fazia parte da lista de medicamentos fornecidos pelo SUS. “Precisei acionar a Justiça, comprovar com muitos laudos e justificativas de que era a única medicação e de que eu não poderia arcar com o custo. Foi muito desgastante porque o procurador achava que era muito caro e eu morreria de qualquer forma.”

Decidir ou não investir no tratamento de Rita e de outras milhares de mulheres em sua situação, afirma o oncologista Carlos Barrios, depende de incluir todas as partes envolvidas no processo - administração pública, sociedade civil, sociedades médicas e indústria farmacêutica - para responder a um único dilema ético: "Quanto vale uma vida? Quanto estamos dispostos a investir para manter viva uma pessoa com câncer?" (OCIMARA BALMANT – IG)